

Sarney decide lutar pelos 6 anos

E é aconselhado a demitir Archer para conter candidatura de Ulysses

PARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

O presidente José Sarney decidiu lutar pelo mandato que a Constituição em vigor lhe atribui, ou seja, seis anos. Para isso, o Presidente está disposto a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, bem como a utilizar os instrumentos de poder que estão à sua disposição para consolidar uma base de sustentação política.

O Presidente está sendo aconselhado por alguns dos seus amigos e aliados, entre os quais o ministro Antônio Carlos Magalhães e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, a demitir Renato Archer, do Ministério da Previdência, a fim de aplicar um golpe de misericórdia na candidatura de Ulysses Guimarães, a qual ajuda a consolidar a tendência na Constituinte em favor do mandato de quatro anos.

CRISE

Segundo os amigos do Presidente da República, o ministro Renato Archer representa atualmente, o grande sustentáculo das aspirações presidenciais de Ulysses Guimarães, comandando o mais importante instrumento político do governo, que é o Ministério da Previdência Social. Manejando um ministério de grande força política, Archer pode contribuir decisivamente para consolidar a candidatura de Ulysses, concluindo grandes acordos.

Desde que Ulysses é identificado pelos estrategistas do Palácio do Planalto como o grande adversário do presidente Sarney, uma vez que sua candidatura ajudou decisivamente na consolidação de uma tendência na Constituinte em favor do mandato de quatro anos, a demissão de Renato Archer contribuiria para desestabilizar o nome do presidente do PMDB.

O raciocínio de assessores do governo é objetivo — Archer utiliza o poderoso Ministério da Previdência para favorecer os interesses dos adversários do presidente Sarney e impede, ocupando lugar estratégico, que o próprio Sarney use aquele instrumento em favor da consolidação de uma base política autônoma.

Entre políticos ligados a Ulysses Guimarães já havia uma grande expectativa a respeito do desenrolar dos acontecimentos relacionados com a manutenção ou não de Renato Archer.

Planalto se prepara para ir ao Supremo

A Constituinte foi tomada ontem pela informação de que o presidente Sarney teria decidido recorrer ao Supremo Tribunal Federal para evitar a redução do seu mandato — já considerada inevitável pelo Planalto. O consultor-geral da República, Saulo Ramos, requisitou ao Congresso o termo de posse de Sarney, que fixa em seis anos a duração do seu mandato e seria utilizado como peça para instruir o recurso judicial.

A confirmação de que o Planalto requisitou o termo de posse de Sarney foi comunicada ontem à cúpula do PMDB pelo senador Jutahy Magalhães, primeiro vice-presidente do Senado. Os assessores jurídicos do Planalto, em especial o consultor Saulo Ramos, teriam convencido Sarney de que o recurso tem boas chances de ser acatado pelo Supremo e deve, portanto, ser visto como uma alternativa politicamente válida na hipótese de ser aprovado o mandato de quatro anos.

Esta tese, que o consultor já defende há vários me-

cher. Sustenta-se, nesses meses, que a derrubada de Archer é um lance parecido com o jogo de dominó, uma vez que poderá precipitar Sarney e Ulysses para um curso de colisão.

Se o Presidente da República tomar a iniciativa de substituir Archer, que é sem dúvida, o político mais ligado a Ulysses, provocará pedidos de demissões dos ministros da Ciência e Tecnologia e da Cultura, Luiz Henrique e Celso Furtado, respectivamente, que são também ligados ao presidente do PMDB por laços de amizade.

A demissão de Archer deixará Ulysses acuado — não terá como ignorar o golpe sobre o ministro mais ligado a ele politicamente. Não poderia assistir, passivo a um discurso — por exemplo — do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, protestando contra o ato e se solidarizando com Archer. Ulysses Guimarães seria obrigado a entrar no jogo dos seus adversários, abandonando seus cuidados com a Constituinte, sua grande bandeira, para entrar numa guerra de desgastes com o próprio Sarney. "Este é um jogo de xadrez", diz a orem um político ligado ao deputado.

As relações entre Sarney e Ulysses chegaram ao seu pior nível desde que o atual Presidente da República tomou posse. Depois das escaramuças em que os dois se envolveram, há uma trégua, mas, nos bastidores, a disputa continua acesa. No PMDB não se tem dúvida de que a aliança do partido com o governo está com os seus dias contados.

É tudo uma questão de tempo. Muitos apostam que, logo depois da promulgação da nova Constituição, o PMDB romperá com o governo. Essa é a tática de Ulysses, cuja validade os históricos estão contestando, tentando forçar a reunião do diretório nacional do partido para que os peemedebistas decidam logo a respeito das relações que devem ter com o atual Presidente da República.

Os interesses de Sarney e seus amigos parecem levá-lo a adotar tática parecida com a de Covas e seus aliados. Sarney também começa a se aperceber de que será melhor provocar logo um confronto com o PMDB, como partido formal, e com Ulysses, para não abrir espaço mais dentro do governo àquele que é identificado como seu maior adversário.

FRANCISCO GUALBERTO



Brossard, com Costa Couto ao lado, dirigiu a reunião, de que estiveram ausentes Archer e Aureliano

Mailson aponta riscos para a eleição presidencial este ano

GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

Uma eleição para presidente da República agora vai dificultar e poderá até retardar um acordo com credores externos e, em consequência, retardar o reingresso do País no mercado financeiro internacional, com sérios prejuízos para a economia brasileira, atualmente sem poupança interna. Este relato curto e grosso foi feito pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ontem, durante a reunião de 15 ministros, coordenada pelo da Justiça, Paulo Brossard.

A manutenção dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney foi o terceiro item da pauta da reunião, durante a qual os ministros falaram ainda sobre a necessidade de redução dos gastos públicos e a apuração das denúncias de corrupção contra o governo. Depois que todos os ministros falaram sobre o que deve ser feito em sua respectiva pasta, o ministro da Justiça dirigiu-se a Mailson da Nóbrega e disse: "Ministro Mailson, o senhor que está voltando da viagem de contatos com os credores, relate para os nossos colegas aqui as consequências de uma eleição presidencial agora".

Para espanto de alguns dos convidados, o ministro da Fazenda fez um amplo relato sobre a situação econômica do País, as ameaças de altas taxas de inflação nos meses seguintes, contra todos os prognósticos oficiais, abordou o problema dos gastos públicos, a situação das empresas estatais e, em seguida, tocou no ponto da dívida externa que, a seu ver, não terá educadamente satisfatório se perdurar esse clima de incerteza política. Observou que, apesar da demonstração de boa vontade dos banqueiros, existe uma grande preocupação entre os credores a respeito da instabilidade política, a partir do momento que eles não têm certeza do grau de confiança do interlocutor que está sentado do outro lado da mesa.

O ministro da Fazenda lembrou ainda que a economia nacional depende, atualmente, quase que totalmente da entrada de novos investimentos externos

e isso não será possível sem que se feche um acordo em torno da dívida e, de quebra, se cumpram algumas determinações do Fundo Monetário Internacional, tais como controle do déficit público. Na reunião, que representa uma nova etapa da tática do Palácio do Planalto para sair da posição de defesa, foi colocado pelo ministro da Justiça que a defesa de um mandato presidencial de cinco anos não deve ser encarado como um interesse pessoal do presidente José Sarney: visa salvaguardar os interesses do País que, a essas alturas dos acontecimentos, depende como nunca de investimentos externos. A orientação dada a cada um, partindo do Palácio do Planalto, é no sentido de que deve entrar em ação na defesa dos cinco anos de mandato, assumindo publicamente, se for o caso, as responsabilidades por essa posição, e, assim, fazer com que as pressões deixem de recair apenas sobre o presidente José Sarney. O recado claro foi o de que interessa a todos eles, ministros, defender a sua sobrevivência política.

GOSTOU

O resultado da reunião foi transmitido ao presidente José Sarney pelo ministro Paulo Brossard logo após o almoço. O Presidente, segundo relato de assessores da Presidência da República, ficou entusiasmado com a maneira como ocorreu o encontro a ponto de chegar estimulando o ministro a fazer novas reuniões. O único aborrecimento do Presidente foi

Governo parte para a reação

O governo não "vai aceitar o jogo do abafa", e por isso vai reagir contra as acusações que estão sendo feitas por vários setores da sociedade, em especial por alguns membros da Assembleia Nacional Constituinte, que têm por finalidade criar uma imagem devastadora do Executivo perante a opinião pública. Essa foi a conclusão da reunião com 15 ministros realizada ontem pela manhã no Ministério da Justiça.

O relato foi feito pelo ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho, no final da

com a atitude do ministro da Previdência Social, Renato Archer, que, embora tivesse confirmada a sua presença, alegou, à última hora, um compromisso no Rio de Janeiro, para onde viajou pela manhã. Com essa atitude, afirmam assessores do Palácio do Planalto, o ministro Renato Archer cavou ainda mais o fosso que o separa do Presidente da República. Pesa contra o ministro reclamações de que ele não atende a nenhuma determinação partida do Palácio do Planalto, além de vir trabalhando abertamente pela candidatura do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Um exemplo da má vontade em relação ao Presidente: para dar andamento a um processo de interesse do deputado Leal Varella, do PFL de Minas, o chefe do Gabinete Civil da Presidência, ministro Costa Couto, teve que apelar para o deputado Sarney Filho interceder junto a Ulysses Guimarães e, este, recomendar ao ministro da Previdência o atendimento do pedido.

Consta que da lista de três ministros que deverão deixar os cargos, nas próximas horas, Renato Archer seria o número um. Os outros dois seriam o da Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, e o das Minas e Energia, Aureliano Chaves. O caso de Luiz Henrique é idêntico ao de Renato Archer, ou seja, trabalhou para Ulysses. Aureliano Chaves estaria se aliando ao seu adversário, mas com objetivos idênticos aos de Ulysses Guimarães, ou seja, também é candidato à sucessão.

tarde, no Palácio do Planalto, depois de despachar com o presidente José Sarney. Ele disse que não chegou a conversar sobre o assunto com o Presidente, porque o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que foi o anfitrião, foi nomeado porta-voz do encontro. "Nós achamos, nesse momento, que o governo tem a obrigação de reagir", afirmou o ministro enfaticamente.

—O momento é preocupante e os ministros decidiram fazer esforço para vencer as dificuldades — afirmou Barbalho.

possível que o Palácio procure interpretar que o Supremo Tribunal Federal tenha firmado uma posição sobre a soberania da Constituinte, "mas cada caso é um caso". Na opinião do ministro, se o Palácio resolver provocar uma posição do Supremo sobre a validade legal da Constituinte decidirá sobre a duração do mandato presidencial, passando por cima do que determina a Constituição em vigor, "seria um tema bellissimo, mas o maior abacaxi da história".

— Não é o governo que quer cinco anos para o presidente Sarney, são todas aquelas pessoas responsáveis e de bom-senso, que sabem que não será a simples troca de um presidente que consertará todos os problemas nacionais — observou o ministro.

— Além dos partidos de esquerda, somente as Forças Armadas estão estruturadas. São disciplinadas e obedientes. Querem que a transição democrática prossiga sem traumas. Mas, infelizmente, é a sociedade civil que não consegue encontrar a saída — acrescentou o ministro militar.



Sarney, no Planalto

Militar rejeita campanha agora

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

"Qualquer candidatura a sucessão presidencial, nesta altura dos acontecimentos, deve ser vista como um desserviço à Nação". Foi o que afirmou, ontem, um ministro militar ao analisar a conjuntura política nacional. Na opinião desse oficial, "os políticos que defendem eleição para a Presidência da República este ano não o fazem por questões doutrinárias e sim fisiológicas, para atender aspirações pessoais".

Durante a análise que fez, o general rebateu as críticas de alguns setores — inclusive as do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves — de que preocupado apenas com os cinco anos de mandato o Presidente não está governando. "O presidente José Sarney está fazendo tudo o que pode, se não faz mais é, justamente, por causa dos partidos políticos. E preciso que fique bem claro que a conjuntura atual é, nada mais, nada menos, que um reflexo da desestruturação dos partidos políticos", disparou o militar.

Segundo ele, o presidente Sarney vem cumprindo o importante papel de fiador da transição democrática, "se não faz mais, é porque as lideranças políticas não têm lhe dado apoio, preocupadas que estão mais em atender interesses menores em detrimento do interesse maior do País", acrescentou o ministro. Na sua opinião — e este é o consenso das Forças Armadas, como ele ressaltou — "é lamentável que uma questão importante como é a transição possa vir a ser perturbada por interesses subalternos, muitas vezes até por fisiologismo".

— Não é o governo que quer cinco anos para o presidente Sarney, são todas aquelas pessoas responsáveis e de bom-senso, que sabem que não será a simples troca de um presidente que consertará todos os problemas nacionais — observou o ministro.

— Além dos partidos de esquerda, somente as Forças Armadas estão estruturadas. São disciplinadas e obedientes. Querem que a transição democrática prossiga sem traumas. Mas, infelizmente, é a sociedade civil que não consegue encontrar a saída — acrescentou o ministro militar.

ArtCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Favelas mostram a prova da arquitetura do impossível

Das fatos tristes e lamentáveis do Rio, resta para o mundo inteiro uma lição que os profissionais mais competentes terão que aprender: é a arquitetura do impossível.

Fotos e filmagens mostram barracos aos montes, equilibrados no se sabe como, mas entrelaçados por tanta solidariedade humana, que a própria argamassa apresenta mais sustentação e validade.

Nas encostas íngremes, nos ângulos impossíveis de sustentação, as casas são superpostas de maneira a que um cálculo de computador ou uma régua aplicada por expert não registrariam as possibilidades demonstradas.

Enfim, é a força da pobreza, a solidariedade da miséria, a falta de condições de vida que provam teses desmentidas, pela técnica.

E o pior de tudo é que é preciso a natureza punir a sabelodoria do driblar a vida, para que nós, daqui de baixo, possamos sentir quanto sofre uma população que vive dependurada em barracos, na promiscuidade e no sofrimento.

E hora de solidariedade. Afinal, o povo que hoje sofre, que amarga a perda de pessoas da família, que chora a queda do seu barraco, é o mesmo que poucos dias atrás enchia os nossos olhos, mostrando o mais belo espetáculo da Terra, o carnaval do Rio de Janeiro. O contraste é chocante, porém a realidade é ainda mais. Reparta um pouco do que você tem com os que estão na miséria e no sofrimento.

XXX
PLANEJAMENTO — A substituição da equipe do ex-ministro Aníbal Teixeira na Seplan está dando vazão a uma retaliação que nada produz para ninguém. Antigos funcionários, marcados pela eficiência, com mais de dez anos de trabalho, estão sendo devolvidos às suas repartições de origem, o que provoca desequilíbrio funcional.

XXX
VISTO — O governo inova outra vez. Quando um brasileiro é casado com uma estrangeira, o pedido de reunião familiar não pode ser dado entrada no Brasil. Mesmo tendo residência no País, o brasileiro terá que viajar para o exterior, para dar entrada no pedido de visto.

XXX
BORBOLETAS — As plantações clandestinas de coca no Peru estão vivendo um drama. As borboletas brancas conhecidas como "Malumbias" atacam a planta e destroem. O Governo cogita incentivar a proliferação desses insetos, mas teme represálias dos traficantes, que estão perdendo cerca de vinte mil hectares de plantações clandestinas.

XXX
CABO — O Brasil acaba de autorizar a TV-cabo, uma conquista da tecnologia que os países desenvolvidos desfrutam há muito tempo. A conquista é grande, porque a transmissão é particular. Nesse caso, provavelmente o TRE não interferirá. Pelo menos nos Estados Unidos, ganha eleição para Presidente quem tem mais dinheiro para gastar na TV a cabo.

XXX
NOVIDADES — Há uma época em que as casas que se prezam fecham as portas, fazem reformas, para continuar merecendo a mesma atenção dos fregueses. E o caso, por exemplo, do restaurante Forty Five, que passou várias semanas em reforma, e ontem, Francisco Dornas o apresentou em grande estilo aos seus fregueses. Muita gente famosa no coquetel e o mesmo serviço de primeira qualidade.

XXX
NOVATOS — Os deputados de primeira legislatura, que ainda são novatos, não se cansam de reclamar. Quando precisam de reprodução, se a secretária não agrada, o pessoal da seção não atende. Quando precisa de transporte, o tratamento é o mesmo. Eles não querem reclamar da Mesa, mas não escondem o constrangimento.

XXX
ROMBO — Vai ser muito difícil ao Governo apurar os rombos do Banerj. Um ano depois de estar sob regime de intervenção, nada foi resolvido até agora, e o Governo dá mais um ano para os interventores. A esta altura, quem roubou já gastou o dinheiro, não vive mais, ou está fora do País.

XXX
PREÇOS — Os hortifrutigranjeiros estão ficando cada vez mais caros em Brasília. Até as tendinhas de invasões, que ocupam entrequadras irregularmente, foram mantidas para funcionar como reguladores de preços. Pois bem. Estão vendendo mais caro que os japoneses das quadrinhas.

XXX
MENSAGEM — Os amigos do Dr. Tito Figueira exultam com a sua volta de São Paulo. No Incor, os exames foram feitos e não indicam nenhuma operação. A partir de agora, nada de cigarro, e mais whisky.

História de Brasília

PANELÃO — Quando Delfim Netto voltou ao Governo, Figueiredo não quis dar-lhe de início o Ministério da Fazenda. Ele havia sido um desastre em tempos anteriores. Foi, então, para o Ministério da Agricultura. Em lá chegando, criou logo um slogan: "Vamos encher a panela do pobre". E começou a trabalhar. A cada dia a panela ficava mais vazia, e foi nessa ocasião que o Edgar Garcia Ribeiro resolveu abrir um supermercado com o nome de Panelão. Afinal, foi quem popularizou a expressão, porque o Ministro, mesmo, queria outros rumos, que finalmente conseguiu até chegar ao Congresso.

Irmão do Presidente prevê um novo golpe

ESTER MARQUES
Correspondente

São Luís — "A transição democrática está sendo sa-

clusão, Evandro Sarney analisa o quadro político atual e diagnóstica o sintoma de que a transição democrática está em coma.

Na posse, até 1991

O termo de posse de Sarney, que servirá de base para seu recurso à Justiça, tem 32 linhas e ocupa uma coluna do Diário do Congresso Nacional, edição do dia 16 de março de 1985. Afirma textualmente que o atual mandato terminará no dia 15 de março de 1991.

Eis a íntegra:

O Sr. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do termo de posse do Vice-Presidente da República.

E lido o seguinte:

As dez horas do dia quinze de março, do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, perante o Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta de suas duas Casas, no plenário da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, constituída dos Senhores Senadores José Fragelli, Presidente, Enéas Faria, Primeiro-Secretário; João Lobo, Segundo-Secretário; Marcondes Gadelha, Terceiro-Secretário; e Senadora Eunice Michiles, Quarto-Secretário, compareceu o Senhor Doutor José Sarney e, nos termos do parágrafo primeiro do Artigo setenta

Decisão do STF abre precedente

LUCIA ARAUJO
Da Editoria de Política

A fórmula que o Planalto estuda para recorrer ao Supremo e invocar o precedente que seria a decisão do próprio STF no processo contra o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). Nesse processo, o Supremo reconheceu a soberania da Constituição em vigor sobre o Regimento da atual Assembleia Nacional Constituinte ao julgar, em sessão secreta realizada em novembro do ano passado, pedido da Procuradoria Geral da República para processar o deputado por crime contra a honra.

O Supremo Tribunal Federal rejeitou, por unanimidade, preliminar do pedido da Procuradoria que pedia licença à Assembleia Nacional Constituinte para processar o deputado com base no artigo 1º do regimento da Assembleia que determina que "os constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício de suas funções, em qualquer tempo ou lugar não podendo ser processados criminalmente nem presos sem licença da Assembleia Nacional Constituinte".

Os ministros do STF acolheram o voto do relator do processo, ministro Sidney Sanches negando o pedido por entender que a norma do regimento não poderia ser aplicada pois se estaria "exorbitando de sua estrita e eventual esfera de incidência e operando em área que se rege pela Constituição em vigor, cujo artigo 32 estabelece: "Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no crime contra a honra". Com este voto, o Supremo remeteu à Câmara dos Deputados a decisão de sustar ou não o processo, conforme determina a Constituição. Em sessão realizada anteontem, a Câmara decidiu sustar os processos contra os deputados Brandão Monteiro, Gastone Righi (PTB-SP) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que estavam tramitando no Supremo.

Segundo um ministro do STF, é perfeitamente